COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

LOW DENSITY TERRITORIES AND THE CREATIVE ECONOMY: A CONTRIBUTION TO ACTOR-NETWORK THEORY

TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE E ECONOMIA CRIATIVA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A TEORIA DO ATOR-REDE

Maria das Mercês Cabrita de Mendonça COVAS
Universidade do Algarve, FCHS
mcovas@ualg.pt

António Manuel Alhinho COVAS
Universidade Algarve, FE
acovas@ualg.pt

Resumo

Na sociedade do conhecimento em que vivemos hoje, o nosso pressuposto é simples: todos os territórios e, em especial, os de baixa densidade têm uma inteligência coletiva tácita ou implícita que os seus principais atores e representantes podem explicitar e desenvolver se forem capazes de resolver os seus principais défices de conhecimento. Não há, portanto, nenhum fatalismo ou determinismo especial relativamente a um território, simplesmente, na sociedade do conhecimento, a origem dos problemas reside num défice de conhecimento e criatividade, se quisermos, de economia criativa. Esta, em sentido amplo, é uma economia **4** (**C**) composta por **Conhecimento**, **Criatividade**, **Colaboração** e **Comunicação**. A grande questão reside em saber até que ponto um determinado território é, não apenas um "objeto de conhecimento", mas, também, um "território-desejado", que mobiliza entusiasmo e adesão para um projeto de futuro. Na economia criativa, convergem quatro inteligências; a racional, a emocional, a natural e a artificial. Se, todavia, um território for percebido como um mero recipiente, um continente sem conteúdo, as quatro inteligências nunca se encontrarão para um projeto de futuro, isto é, não haverá inteligência coletiva territorial digna desse nome e capaz de reduzir os défices de conhecimento e criatividade acumulados. Nestas condições mantém-se o círculo vicioso de desenvolvimento e muito dificilmente conseguiremos um território desejado, inteligente e criativo. Esta é, também, a razão para a nossa proposta de uma teoria do ator-rede para os territórios de baixa densidade.

Palavras-chave: Baixa densidade, Economia criativa, Território desejado, Ator-rede.

Abstract

In the knowledge society in which we live today, our assumption is simple: all territories, especially low-density ones, have a tacit or implicit collective intelligence that their main actors and representatives can make explicit and develop if they are able to resolve their main knowledge deficits. There is therefore no fatalism or special determinism with a territory, simply that in the knowledge society the origin of problems lies in a deficit of knowledge and creativity, if you like, of creative economy. This, in a broad sense, is an economy made up of **Knowledge**, **Creativity**, **Collaboration** and **Communication**. The big question is to what extent a given territory is not only an "object of knowledge", but also a "desired territory" that mobilizes enthusiasm and support for a future project. Four intelligences converge in the creative economy: rational, emotional, natural and artificial. If, however, a territory is perceived as a mere container, a continent without content, the four intelligences will never meet for a future project, i.e. there will be no territorial collective intelligence worthy of the name and capable of reducing the accumulated deficits in knowledge and creativity. Under these conditions, the vicious circle of development continues, and it will be very difficult to achieve a desired, intelligent and creative territory. This is also the reason for our proposal of an actor-network theory for low-density territories.

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

keywords: Low density, Creative economy, Desired territory, Actor-network.

1- Introdução

A nossa tese é fácil de enunciar. Os territórios de baixa densidade (TBD) têm, na economia criativa, entendida em sentido amplo, como a fusão de recursos materiais e imateriais, um instrumento precioso de promoção do seu desenvolvimento se, para o efeito, forem capazes de implementar a função primordial de curadoria territorial, levada à prática por um ator-rede cuja tarefa principal é a montagem de um sistema produtivo regional e uma geografia desejada e adequada à função de curadoria.

O enoturismo e o Alto Douro vinhateiro são, porventura, o melhor exemplo desta cadeia de valor que junta economia produtiva, economia criativa e *branding* territorial. Nela vamos encontrar a produção vitivinícola, a conservação pelos socalcos, o recreio e o lazer da visitação local e regional, a cultura da vinha e do vinho, a tecnologia digital, a produção de conteúdos e a comunicação simbólica, enfim, os *terroirs* vinhateiros da nossa imaginação tornados realidade material nas encostas do Douro*,* ou seja, a fusão entre fatores criativos e fatores produtivos levada a efeito por uma verdadeira curadoria territorial.

Ora, falar de economia criativa é falar de signos distintivos territoriais (SDT). O universo material e simbólico de uma região contém muitos SDT*,* muitos deles ocultos, subestimados ou ignorados. Por exemplo, o mosaico agro-silvo-pastoril e paisagístico do montado, os sítios da rede natura 2000 e as áreas de paisagem protegida, a biodiversidade, os endemismos e os serviços de ecossistema, as fontes e as minas de água, as amenidades e os percursos de natureza, as denominações de origem protegida (DOP) e os mercados de nichos, as apelações de património imaterial da UNESCO, o estatuto de reserva da biosfera, as medidas de mitigação e reabilitação, os campos e as estações arqueológicas, os monumentos, as vistas panorâmicas, os ofícios e o artesanato, as celebrações e a cultura tradicional, a literatura oral e as paisagens literárias, todos são exemplos de **signos distintivos territoriais** (SDT), que podem contribuir decisivamente para a construção da iconografia de uma região, a sua geografia desejada, a sua imagem de marca impressiva territorial.

O grande desafio que se segue, para lá das nomenclaturas estatísticas (NUTS) e das divisões administrativas, é a descoberta e promoção de uma geografia desejada ou sentimental, a busca de sentido e significado, que nos devolvam o território como *paisagem orgânica global*, como *território-ser vivo*, capaz de gerar inteligência coletiva e, portanto, de criar uma direção e linha de rumo próprias. Dito isto, existe uma triangulação virtuosa para explorar entre os TBD, entendidos como territórios-rede, a economia criativa e a teoria do ator-rede. As comunidades intermunicipais (CIM) podem ser uma boa ilustração desta triangulação e deste ator-rede investido na função cognitiva, sentimental e utilitária de curadoria territorial.

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

2 - Territórios de Baixa Densidade (TBD), a formação de um território-rede

Não há nenhuma fatalidade ou determinismo relativamente aos territórios de baixa densidade, o que há é uma história política e social inscrita nos territórios, isto é, uma série de opções políticas e económicas feitas em certos períodos que conduziram à situação desigual e assimétrica que hoje conhecemos. Poderia ter havido outras opções, outra história, e teríamos seguramente outro território. O território que temos é, portanto, uma construção política e social, não uma fatalidade do destino ou da natureza. Podemos dizer que um Território-Rede é um território que se auto organiza e autogoverna.

> *Acreditamos que os territórios, à semelhança dos mercados, se podem constituir em objetos de construção social, em territórios reflexivos e cognitivos que aprendem, pela participação cooperativa e organizada dos seus principais atores, a reconfigurar e recriar os seus capitais próprios mais característicos e valiosos por via da diversificação, diferenciação e densificação dos seus muitos atributos e qualidades. (Covas, A.; Covas, M.M. 2014, 129).*

As configurações territoriais e os territórios-rede, tal como nós os pressupomos / entendemos aqui, são, antes de mais, produções da sociedade civil, de cariz social, societal, cooperativo, mutualista ou comunitário, mais do que territórios institucionais, públicos e institucionalizados ou burocrático-administrativos, o que não invalida a cooperação necessária entre parceiros públicos e privados. Essas produções da sociedade civil são verdadeiras comunidades políticas produtoras de capital social (confiança, respeito, entreajuda, conhecimento, futuro), para lá da política convencional e, nessa medida, necessitam de muita instigação social e política para atingirem um alto grau de reflexão interna. Esta **instigação sociopolítica** não é fácil de obter na fase de transição e liberta muitos anti-recursos e contrarrecursos.

Com efeito, se cada parceiro transportar para a ação comum e coletiva as posições fixas do seu estatuto e condição, como se fosse um mero delegado mandatado pela sua corporação, então, a violência simbólica será de tal ordem, que bloqueará os progressos já realizados e nada de relevante acontecerá para o território-rede em formação. É, mais uma vez, o reino vitorioso dos antirrecursos e dos contrarrecursos.

Vivemos na sociedade da informação e do conhecimento. Neste género de sociedade só sobrevivem os subsistemas, os sectores e os atores que estão dispostos a aprender e são capazes de aprender**.** De facto, se os parceiros que integram as configurações territoriais que nos propomos construir teimarem em ser autorreferenciais, abdicando de se protegerem de si próprios e do seu interesse egoísta, está criado um equívoco muito grande e, em breve, não surpreenderá que o território-zona regresse vitoriosamente para impor a sua ordem no sistema territorial.

Sabemos hoje, por via da sociologia do conhecimento, que não podemos ver o que não conhecemos.

Sabemos, também, que a produção dos territórios-rede, na sua enorme variedade, implica a passagem da governação pública para a governação civil ou, ainda, a transição da regulação pública para a hétero-regulação e desta para a autorregulação que é, afinal, a obrigação de os atores se autolimitarem

na sua ação e nos seus interesses, substituindo a regulação externa pela regulação própria. Isto só é possível, se o território-rede reunir as condições para criar uma administração dedicada, capaz de produzir várias visões de futuro através de sucessivas ficções de consenso que alimentem permanentemente a comunicação consensual em redor de um ideário de prosperidade cooperativa para todos[1].

Como dissemos, cada configuração territorial, sob a forma de um território-rede em formação, terá de criar uma racionalidade operativa apropriada e adaptada aos seus diversos territórios de origem. De um ponto de vista prático, a delimitação do território-rede e a sua inteligência coletiva territorial dependem de muitos fatores críticos, por exemplo:

- A delimitação de um território determina o *stock* de recursos e a escala das operações, logo, a importância da multiescalaridade;
- A variedade dos recursos e dos atores determina a variedade das expectativas, logo, temos um território com diferentes escalas temporais e vários conflitos de interesses.
- A qualidade das equipas técnicas depende da variedade dos atores, sem esquecer que a competência anda de mãos dadas com a permanência;
- As parcerias são imprescindíveis, mas o investimento em capital social não se confunde com simples arranjos de conveniência;
- Todos os projetos libertam recursos ociosos que se convertem muitas vezes em anti recursos e contrarrecursos, logo, são necessárias uma gestão e mediação prudentes;
- O paradoxo da vizinhança existe mesmo, os vizinhos cooperam pouco e mal, logo, é necessária uma gestão inteligente e criativa;
- O processo cognitivo é muito frágil, aprende-se pouco e mal, porque existe o medo de errar;
- A governação multiníveis é relegada para plano secundário, tem um custo de transação elevado, logo, é a inércia do sistema a funcionar e a dominar.

Como dissemos, numa perspetiva intermédia de política regional e no plano do meso-desenvolvimento territorial, o sistema dominante faz prevalecer as suas condições, a saber:

- Numa estrutura de governo e administração centralizada como a nossa, o nível regional é um nível de compatibilização e conformação;
- O sistema desconcentrado funciona no modo vertical e hierárquico, de cima para baixo;
- O sistema cria muitos simulacros de participação, para poder funcionar e criar habituação;
- O sistema funciona numa lógica utilitarista declarada, de saldo de fluxos, tendo em vista obter a máxima entrada de fundos europeus;

[1] Para aprofundar vários desenvolvimentos sobre a temática abordada neste artigo ver os textos: Covas, A.; Covas, M.M., 2022; 2019; 2015a; 2015b; 2014; 2013a; 2013b; 2012a; 2012b; 2011; 2010; 2009; Dallabrida, V. R. *et all*. 2022; Covas, A.; Covas, M.M.; Dallabrida, V.R. 2019.

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

- O sistema não tem multiescalaridade suficiente devido à baixa autonomia dos níveis intermédios;
- O sistema padece de um *excesso de institucionalização*, ora centralista ora localista;
- O sistema produz muita retórica sobre inovação, mas os territórios de geometria fixa são **naturalmente conservadores**, ao contrário dos territórios de geometria variável;
- O sistema não leva em boa conta a produção de capital social, ignorando com ligeireza que os valores da sociedade colaborativa são valores portadores de futuro através das redes respetivas.

3- Territórios de Baixa Densidade (TBD), as hiperligações entre economia produtiva e economia criativa

A sociedade da informação e conhecimento provoca uma espécie de dilatação dos territórios e essa dilatação é fonte para outras formas de riqueza. Referimo-nos à cadeia de valor que está implicitamente contida nos elementos criativos – património e paisagem, ciência e tecnologia, artes e cultura, capital humano e social - que nós ainda não fomos capazes de transferir para os nossos territórios, por causa de um défice estrutural de informação e conhecimento em sentido largo de que padecem as nossas comunidades territoriais e os seus incumbentes principais. Para ilustrar este défice, ou baixa dilatação, vamos tomar em consideração uma resolução do Conselho Ministros, a RCM nº 42/2019 de 21 fevereiro sobre o Plano Nacional das Artes.

Na verdade, o que é dito na resolução a propósito do Plano Nacional das Artes é igualmente válido para o Plano Nacional de Leitura, o Plano Nacional de Cinema, o Programa de Educação Estética e Artística, o Programa de Bibliotecas Escolares, a Rede Portuguesa de Museus e a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea. Todos estes instrumentos de programação e planeamento podem estar ligados ao território e à sua dilatação, seja por via da itinerância das coleções de arte, das visitas guiadas, dos percursos de natureza e das paisagens literárias, das residências artísticas e das artes de rua, da arte sacra e dos lugares de culto e peregrinação, dos museus e dos vestígios arqueológicos, dos centros de ciência viva e dos endemismos locais, dos numerosos centros interpretativos, entre muitos outros sinais distintivos territoriais.

Estamos a falar de sinais distintivos territoriais (SDT)[2] e elementos criativos por excelência de um território. Falta, porém, em muitos casos, conexão produtiva e intensidade-rede, visibilidade e projeção internacional, o músculo e a flexibilidade da governação multiníveis, mas, falta, sobretudo, o pensamento e ação estratégicos capazes de utilizar esses recursos criativos para produzir valor especifico próprio e, a seguir, transferir esse valor para os produtos, as fileiras económicas e os arranjos produtivos locais e

[2] Para aprofundar o tema sobre Sinais Distintivos Territoriais (SDT), ver: Covas, A.; Covas, M. M.; Dallabrida V. R. (2019).

regionais, recebendo em troca a colaboração, o patrocínio e o financiamento participativo dessas atividades.

Damos um exemplo simples a partir de uma realidade local do interior. Como é que os extraordinários painéis coloridos do museu do azulejo de Estremoz, em conjunto com as artes de pedra mármore do concelho e os conhecidos bonecos artesanais de Estremoz podem ser projetados e incorporados como ícones territoriais nos produtos tradicionais da agricultura do Alto Alentejo e em novos arranjos produtivos locais, fazendo evoluir toda esta sub-região para um *terroir* de reputação e visitação internacionais?

Com mais recursos à nossa disposição, materiais e imateriais, trata-se, agora, de *montar um estaleiro de economia criativa, arquitetura e curadoria territorial* em direção a um objetivo mais ambicioso, muito para lá dos eventos convencionais das indústrias culturais de cariz urbano. Um bom exemplo deste desafio ambicioso é o lema *mais cidade no campo e mais campo na cidade,* o lema fundamental do que nós, enquanto autores deste texto, costumamos designar como o universo da 2ª ruralidade.

Neste sentido, estamos convencidos de que a conexão das redes 4G e 5G impulsionará a convergência das transições climática, energética, ecológica, digital, migratória e demográfica e essa convergência será o grande motor do universo da 2ª ruralidade, por exemplo, no âmbito do combate às alterações climáticas e das novas relações cidade-campo. Temos, de resto, motivos e condições para estarmos moderadamente otimistas na década que está em curso, senão vejamos:

- Temos um país cada vez mais pequeno devido às redes digitais de comunicação;
- Temos um país bem servido de boas vias de comunicação e rede logística;
- Temos muitas instituições de ensino superior espalhadas pelo país;
- Temos muitos centros tecnológicos e laboratórios associados no interior do país;
- Temos numerosas estruturas municipais e associativas espalhadas pelo país,
- Temos uma grande variedade de microclimas, mosaicos e amenidades paisagísticas;
- Temos meios financeiros muito substanciais para a década;
- Temos mais nomadismo digital e mais mobilidade de talento criativo[3].

Ora, um dos grandes trunfos para esta década é, justamente, o hibridismo do espaço rural, um híbrido de produção, consumo e conservação, que não só alarga os mercados de futuro, como também a tipologia de agriculturas **AAA** (**A**gricultura, **A**mbiente, **A**limentação) e a gama de produtos oferecida. Os mercados de futuro serão um *mix* cada vez mais complexo de tecnologia, ecologia e economia, com uma oferta conjunta de bens e serviços cada vez mais diversificada. Neste contexto, as comunidades locais inteligentes, apoiadas em plataformas digitais colaborativas, podem acolher muitos projetos, empreendimentos e *startups* e oferecer uma gama variada de serviços de rede em diversas áreas, por exemplo: a agricultura de precisão, as agriculturas de nicho, denominações e indicações geográficas, os

[3] Para aprofundar a discussão deste tema ver Dallabrida, V. R., Buttenbender, P. L., Covas, A. M. A.., Covas, M. M. C. M., Costamagna, P., & Menezes, E. C. O. (2022). Andrade, A. A. V.; Rotta, E.; Teixeira, T.; Covas, M. M.; Quadros, D. A.; Schmitt, V. T. (2023).

serviços de logística, a economia circular, a bioeconomia e as redes energéticas, os serviços ambulatórios ao domicílio, os serviços de reabilitação e restauro do património natural e construído, etc.

Bastaria o elenco destes serviços para demonstrar como o nosso conceito de economia criativa é muito abrangente, multidisciplinar e desafiante. Os exemplos que se seguem são algumas configurações de territórios-rede onde a curadoria e a arquitetura de interiores são fundamentais. Em cada caso, é essencial escolher uma parceria, um grupo de missão, um ator-rede, que seja capaz de relevar os sinais territoriais mais distintivos e, a partir deles, construir novos territórios simbólicos e uma nova arquitetura de interiores. Sem eles, e sem a malha que eles constituem, não haverá uma verdadeira interligação de territórios e, portanto, uma genuína valorização do interior.

- A construção de um sistema alimentar local (SAL);
- A construção de uma denominação de origem protegida (DOP);
- A construção ou requalificação de um mercado ou segmento de nicho;
- A construção de um complexo agroturístico com Campo de Férias e Aventura;
- A construção de uma marca coletiva para o lançamento de uma gama de produtos;
- A construção de um sistema ou mosaico agroflorestal (SAF);
- A criação ou reforço de um centro de ecologia funcional e arquitetura paisagística;
- A construção de um parque biológico e ambiental em zona de montanha;
- A construção de uma zona termal, parque natural, zona ou geoparque;
- Um Parque Agrícola Intermunicipal com objetivos de inclusão social.

Sabemos, de antemão, que será muito difícil fazer coincidir, no mesmo espaço-tempo geofísico, todos estes elementos de programação e planeamento. Numa aproximação mais pragmática a estas hiperligações, damos agora alguns exemplos que podem frutificar, se a curadoria dos territórios for organizada de forma conjunta e coordenada dentro do espaço comunitário e regional de uma comunidade intermunicipal. Eis algumas iniciativas na boa direção:

1) O *branding* territorial das denominações de origem, indicações geográficas, mercados de nicho e marcas coletivas, que pode e deve estar associado aos clubes de jovens empresários rurais e às escolas de *marketing* e *design*;

2) As redes comunitárias de mercados locais para a pequena agricultura e a agricultura acompanhada pela comunidade (AAC) que pode ser objeto, por exemplo, de uma organização de trabalho comunitário;

3) O *merchandising* de produtos e lugares em estreita associação com as artes e os ofícios tradicionais, que pode ser objeto de uma ligação às escolas de artes e *design*;

4) Uma rede de extensão agro-rural que apoie e articule todos os projetos de desenvolvimento em ligação, por exemplo, com as escolas superiores agrárias e as escolas profissionais agrícolas;

5) Um conjunto de residências culturais, artísticas e científicas, que possa estar associado a projetos interdisciplinares de ecologia multifuncional – solos, coberturas, água, biodiversidade, pastoreio,

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

artes da paisagem – e que sirva para dinamizar, por exemplo, um ou vários condomínios de aldeia; os campos de férias e trabalho voluntário podem aparecer associados a estas iniciativas;

6) A construção de amenidades, roteiros e percursos de turismo acessível a pessoas e visitantes com mobilidade reduzida;

7) Um banco de solos e uma plataforma de arrendamento em meio rural, apoiada num regime de incentivos para projetos coletivos e comunitários que conduzam, por exemplo, à construção de hortas e jardins e a uma economia rural de base artesanal;

8) Uma rede de *co-housing* com ligação a um serviço ambulatório intermunicipal e a um programa de envelhecimento ativo, onde as medidas de saúde ambiental e saúde alimentar apareçam sempre associadas;

9) Um programa de agroturismo e turismo rural que tenha como motivos principais, para atrair os seus clientes, as práticas certificadas de silvicultura preventiva, agricultura biológica e modos integrados de produção, assim como modalidades alternativas de agricultura regenerativa e circular;

10) Um programa de eventos criativos intimamente associados à construção destes territórios da 2ª ruralidade, aos seus projetos e às suas iniciativas.

Como já dissemos antes, na transição dos territórios-zona para os territórios-rede passamos do modo *governing* (hierarquia) para o modo *governance* (heterarquia). Nesta transição, falta-nos, ainda, uma teoria-prática do ator-rede e da sua interação social, para se fazer bem a aprendizagem da cooperação entre parceiros que mal se conhecem. Recordemos os quatro pilares sobre os quais assenta a política de transição para uma boa governança territorial. Em 1º lugar, a centralidade da cooper**a**ção como ato criativo de capital social comum aos parceiros; em 2º lugar, a produção de internalidades como ato de redução e racionalização dos custos de informação e transação entre parceiro; em 3º lugar, a sustentabilidade da coopetição como ato de criação de bens e serviços de mérito e reputação do território-rede em construção; por último, em 4º lugar, a institucionalidade dedicada que só a constituição de um ator-rede pode assegurar.

4- A teoria do ator-rede e a economia do bem comum[4]

Com estas condições, a inteligência coletiva territorial promovida pelo ator-rede visa, em primeira instância, projetar um novo bem comum que supere os interesses particulares dos parceiros envolvidos e, em segundo lugar, se possível, transformar esse bem comum particular num novo espaço público[5] **(**INNRARITY, 2010) alargado a outros segmentos de público**.** Estes objetivos pressupõem uma ampliação do que terá de ser considerado bem comum e espaço público. Não ignoramos a dificuldade da tarefa de

[4] Para aprofundar esta temática ver obras de: HOWKINS, J. (2007); Lévy, P. (2007); Mazzucato, M. (2021); Sachs, I. (2007); Tirole, J. (2016) e (2017); Volle, M.; Rochet, C. (2015).
[5] Para aprofundar o conceito de Novo Espaço Público, ver Innerarity, D. 2010.

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

configurar espaços comuns, em particular a dificuldade de traçar limites e de, com base neles, organizar uma estratégia em direção ao espaço público. Esta é a missão do ator-rede que terá de problematizar adequadamente a distinção entre o dentro e o fora, e, entre nós e eles, sabendo que há um espaço de transição que se desenvolve em todas as direções e que, nessa medida, espaço comum particular e espaço público novo podem ser devidamente articulados com benefício mútuo.

Vejamos, então, os dez atributos principais deste ator-rede de inspiração cooperativa, comunitária e administração dedicada ao bem comum:

1) O ator-rede é uma organização dotada de pensamento e inteligência territorial que é capaz de produzir uma autorreferenciação suficiente para criar um mínimo de *ordem local* no território-rede em formação; nessa exata medida, patrocina a cultura política do bem comum e do espaço público, o envolvimento policontextual e a interação comunicativa dos parceiros;

2) O ator-rede é uma organização contraintuitiva que perscruta o futuro, antecipando-o constantemente, uma vez que o futuro já não é o que costumava ser; nessa exata medida, lida tanto com *a realidade,* como com a parte mais invisível e contingente da realidade;

3) O ator-rede é uma organização que cultiva a modéstia organizacional e que constrói uma identidade precária em redor de pequenas melhorias sectoriais, provisórias e contingentes; nessa exata medida, os atores do território-rede em formação movimentam-se entre a estrutura e a finalidade, no interior de uma teia de processos e procedimentos;

4) O ator-rede é uma organização que atribui mais importância à performatividade dos procedimentos do que à normatividade da sua própria legitimação**;** nessa exata medida, é a construção laboriosa de uma esfera deliberativa dos interesses que cultiva o consenso como horizonte e o dissenso como processo, sempre em busca de um compromisso mesmo que provisório e contingente;

5) O ator-rede é uma organização que se distingue pelo modo como lida com a marginalidade e a exclusão; nessa exata medida, é uma organização inclusiva, em especial na forma como coopera com os anti recursos e os contrarrecursos;

6) O ator-rede é uma organização que deve a sua sobrevivência à sua capacidade cognitiva e reflexiva permanente; nessa exata medida, é uma comunidade política de autogoverno que mantém uma gramática sempre atualizada do bem comum e da ação coletiva;

7) O ator-rede é uma organização que precisa urgentemente de um sistema produtivo local para a sua identificação e autorreferenciação; nessa exata medida, o ator-rede está obrigado a operar a conversão entre *o sistema de produtos* e *os produtos do sistema*, aqui representados por bens de mérito e reputação que são a ponte entre o espaço comum e o espaço público;

8) O ator-rede é uma organização que privilegia a produção conjunta de bens de mérito e reputação; nessa exata medida, se for capaz de articular espaço comum particular e espaço público teremos um território-rede que oferecerá uma provisão diversificada de bens mercantis, de bens ambientais

e ecossistémicos de bens sociais e culturais e de bens de lazer e turismo, num espaço-território muito mais estruturado do que temos hoje;

9) O ator-rede é uma organização que precisa de uma liderança muito forte e de uma administração dedicada, para poder revelar todo o seu produto potencial e tanto mais, quanto ela tende constantemente para o impasse e a entropia; nessa exata medida, a organização está obrigada à produção continuada de uma *ficção de consensos*, que só uma inteligência territorial muito fértil e uma liderança muito marcada estão em condições de proporcionar;

10) Em síntese, o ator-rede é uma organização que apresenta as seguintes traves-mestras: uma comunidade política de interesses, um projeto de vida em comum, uma ação coletiva inovadora, uma rede cooperativa, uma estrutura de missão, uma administração dedicada, uma liderança muito marcada.

5- Conclusão

Tudo o que aqui fica dito pode reportar-se perfeitamente às comunidades intermunicipais (CIM), como território-rede intermunicipal e como administração dedicada à provisão de bens e serviços comuns à CIM. De acordo com estes atributos, o ator-rede está dotado de uma inteligência territorial útil, para mobilizar os *conhecimentos tácitos* do território-rede, o que, só por si, já é uma tarefa de grande monta; mas, sobretudo, está obrigado a criar *ficções de consenso*, como se fosse o ator principal de uma representação ficcional, de uma espécie de encenação territorial. Esta inteligência territorial manifesta-se, sobretudo, na forma como a criação de um espaço comum, particular, enquanto espaço de produção de bens de mérito e reputação, pode ser convertida no palco de um novo espaço público (Innerarerity, 2010), enquanto espaço de consumo, recreação e lazer. Onde antes só havia um espaço comum, mas privado, passaria a haver, agora, também, um espaço público de visitação e conhecimento, ou seja, um verdadeiro território aberto e colaborativo. Se quisermos, e adotando um outro registo, estamos a falar do ator-rede como um ator pós-moderno da multiterritorialidade, cuja função principal é, justamente, a construção social dos futuros territórios-rede.

Aqui chegados, estamos, por exemplo, a pensar na CIM do Alto Alentejo e nas quatro unidades de paisagem que a constituem: o parque natural da serra de S. Mamede, a peneplanície alentejana, as colinas de Elvas e as várzeas do Caia e Juromenha. Em termos de arquitetura do sistema territorial regional, as opções são várias e têm a ver com a multifuncionalidade, a multiescalaridade e a multiterritorialidade que as quatro unidades de paisagem nos oferecem e que os incumbentes principais estão dispostos a protagonizar. No limite, uma decisão eminentemente política. Para já importa fazer as perguntas certas.

Como vamos abordar a economia criativa destes territórios que nos conduzem ao grande universo da 2ª ruralidade? Vamos deixar estas pequenas economias rurais ao sabor dos avisos de concurso, mais ou menos aleatórios, que não comunicam entre si para efeitos de planeamento e administração territoriais?

Vamos perder os efeitos externos positivos dos investimentos e sofrer/protestar apenas por causa dos efeitos externos negativos? Vamos deixar ao acaso a interoperabilidade entre os investimentos diretamente produtivos e as ações integradas de base territorial? Vamos subestimar a introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas explorações agrícolas, redes de extensão rural e formação profissional? Enfim, qual o papel e a intensidade-rede que vamos pedir às instituições de ensino superior, aos centros de investigação, aos grupos operacionais e aos laboratórios colaborativos no desenvolvimento da economia rural e regional? Sem um ator-rede competente e uma curadoria criativa e responsável não estaremos, muito provavelmente, em condições de acautelar estas questões fundamentais.

Bibliography / Referências

ANDRADE, A. A. V.; ROTTA, E.; TEIXEIRA, T.; COVAS, M. M.; QUADROS, D. A.; SCHMITT, V. T. (2023). Abordagem Territorial do Desenvolvimento e sua Dimensão Social: Proposta Metodológica para Mensuração. *Desenvolvimento Social em Questão* v. 21, nº 59. https://doi.org10.21527/2237-6453.5914532. pp. 1-25.

DALLABRIDA, V. R., BUTTENBENDER, P. L., COVAS, A., COVAS, M.M.C.M., COSTAMAGNA, P., & MENEZES, E.C.O. (2022). Estado e sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 24(1). https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202219pt. pp. 1-25.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2022). A Inteligência dos Territórios e o Princípio Ativo das Redes: Um Ensaio Exploratório sobre a Inteligência Coletiva. Guaju, *Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável.* (V. 8). | Recurso online disponível em: www.revistas.ufpr.br/guaju DOI: 10.5380/guaju.v%vi%i.83256

COVAS, M. M.; COVAS, A. (2022). Cidades inteligentes e criativas e smartificação dos territórios: apontamentos para reflexão. *Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 10 (ed. esp.), pp. 40-59.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2019) A Inteligência dos Territórios: os terroirs como espaços de inovação colaborativa. *Informe GEPEC*, v. 23 (ed. esp.), pp. 40-54.

COVAS, A.; COVAS, M. M.; DALLABRIDA, V. R. (2019). Os Signos Distintivos Territoriais e a Smartificação do Território: uma abordagem exploratória. *Biblio3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. XXIV, n. 1.268. pp. 1-22.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2015a). Sociedade do conhecimento, escalas de governo e governança territorial: um ensaio exploratório e prospetivo para a sociedade portuguesa. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 5, n. 2, pp. 25-47, jul./dez. Doi: https://doi.org/10.24302/drd.v5i2.970

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2015b). Multiterritorialidades I: Temas e Problemas de Governança e Desenvolvimento Territoriais. Lisboa: Editora Colibri.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2014). Os Territórios-rede: A inteligência territorial da 2ª ruralidade. Lisboa: Editora Colibri.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2013a). A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade. Dos territórios-zona aos territórios-rede. Construir um território de múltiplas territorialidades. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n. 3, pp. 43-66, junho. DOI: 10.17127/GOT/2013.3.003.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2013b). A caminho da 2ª ruralidade: a microgeoeconomia de novos sistemas territoriais – A experiência do Projeto Querença. 1st International Meeting – Geography & Politics, Policies and Planning. CEGOT. E-book_Geography&PPP.pdf. nº.1, pp. 528-540.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2012a). A Caminho da 2ª Ruralidade: uma Introdução à Temática dos Sistemas Territoriais. Lisboa: Editora Colibri.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2012b). A Governança Local e a Microgeoeconomia das Áreas Rurais de Baixa Densidade in *A Caminho da 2ª Ruralidade: Uma introdução à Temática dos Sistemas Territoriais*. Lisboa: Editora Colibri, Cap. V, pp. 173-214.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2011) A Grande Transição: Pluralidade e diversidade no mundo rural: elementos para um novo contrato social. Lisboa: Editora Colibri.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2010). Ruralidades V: Modernização Ecológica, Serviços Ecossistémicos e Riscos Globais – a ruralidade do nosso tempo. Faro: Edições da Universidade do Algarve.

COVAS, A.; COVAS, M. M**.** (2009)**.** Ruralidades IV: Retratos portugueses de agricultura multifuncional. Faro: Edições da Universidade do Algarve.

HOWKINS, J. (2007). The creative economy: how people make money from ideas. Penguin Books, London.

INNERARITY, D. (2010). O novo espaço público. Lisboa: Editora Teorema.

LÉVY, P. (2007**).** A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço**.** Edições Loyola.10ª Edição. ISBN 8515016133

MAZZUCATO, M. (2021). Economia de Missão: Um guia ousado e inovador para mudar o capitalismo. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

SACHS, I. (2007). As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. S. Paulo: Editora Cortez.
TIROLE, J. (2017). Economics For The Common Good. Princeton University Press.

TIROLE, J. (2016**).** Economie du bien commun. Presses Universitaires de France.

VOLLE, M.; ROCHET, C. (2015). L' Intelligence Economique. Collection, Méthodes et Recherches. Librairie Evrolles. https://www.eyrolles.com